

EVOLUÇÃO DA DIGITALIZAÇÃO DOS CINEMAS

AÇÕES REGULATÓRIAS E DE DESENVOLVIMENTO

PROJEÇÃO DIGITAL: UM RESUMO

A projeção digital é uma **tecnologia de reposição**. Originalmente, **não** acrescenta novas receitas para o exibidor. Envolve, inclusive, **custos mais altos de manutenção** dos equipamentos.

A motivação dessa renovação tecnológica está nas vantagens geradas na **distribuição**: custos **reduzidos** de cópiagem e transporte dos filmes e maior **facilidade operacional**.

Sobre a característica econômica inicial, alguns elementos mobilizam o interesse dos exibidores:

- a tecnologia 3D e conteúdos alternativos

- a possibilidade de ampliar o **circuito de lançamentos** e a receita dos cinemas isolados

- a hipótese de **multiprogramação** em complexos menores

As normas DCI tornaram-se o **padrão universal** para a projeção digital. Utilizam padrões da SMTPE e da ISO: resolução mínima 2K, formato JPEG 2000, criptografia, chaveamento dos pacotes.

A **participação financeira dos distribuidores** na atualização das salas (VPF) impulsionou a digitalização em todo o mundo.

A América Latina entrou tardiamente no processo; inicialmente, apenas pelo 3D. A digitalização, agora, está em sua **fase final**.

O MODELO-PADRÃO DE FINANCIAMENTO: VPF

Virtual print fee (VPF) é um mecanismo contratual em que os distribuidores participam do financiamento do projetor, na medida da redução de seus custos com cópias físicas.

Os primeiros contratos foram concebidos para uma **estrutura de custos neutra** em relação à distribuição em 35mm. Atualmente, apenas **parte** dos investimentos necessários são cobertos.

O modelo foi escolhido por limitar o compromisso dos distribuidores ao **processo de transição** para a projeção digital, sem relação com a operação de longo prazo dos projetores.

A motivação desses acordos de financiamento (subsídio à aquisição de equipamentos) tem natureza **diferente das condições comerciais** pactuadas para a exploração dos filmes.

Algumas condições:

- cláusula de **cliente mais favorecido**;
- equipamento compatível com os **padrões DCI**;
- monitoramento** por meio de NOC operado por terceira parte;
- VPF por **título**, conforme o perfil da exibição.

Os acordos de VPF se baseiam em um modelo-padrão de exploração dos filmes. Mas contém outras hipóteses: ACF para conteúdo alternativo, VPF por sessão.

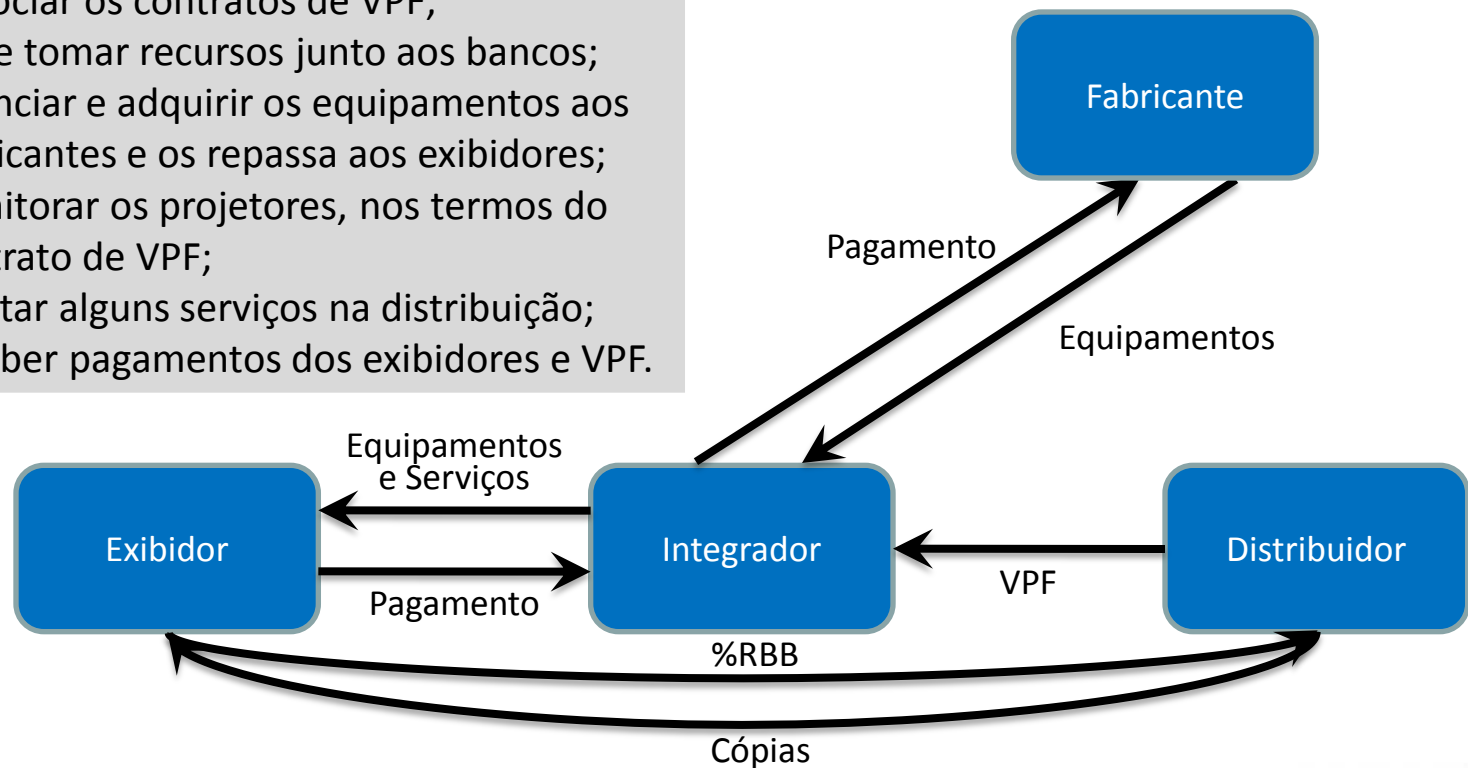
A FIGURA DO INTEGRADOR

A digitalização depende de disponibilidade imediata de capital pelo exibidor. O repasse de VPF acontece em prazos longos, de 5 a 10 anos.

Além disso, a negociação direta de VPF pelo exibidor raramente pode acontecer. Por isso, essas operações são feitas por meio de uma terceira parte, o **integrador**.

O integrador pode agir em todas as pontas do negócio, coordenando diversas ações:

- negociar os contratos de VPF;
- pode tomar recursos junto aos bancos;
- financiar e adquirir os equipamentos aos fabricantes e os repassa aos exibidores;
- monitorar os projetores, nos termos do contrato de VPF;
- prestar alguns serviços na distribuição;
- receber pagamentos dos exibidores e VPF.



AS AÇÕES PÚBLICAS EM APOIO À DIGITALIZAÇÃO DOS CINEMAS

REDUÇÃO DO CUSTO DOS EQUIPAMENTOS

Em 2012, foi implantado o RECINE – Regime Especial de Tributação para o Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica.

O RECINE suspende a exigência de **todos os tributos federais** incidentes sobre os investimentos em materiais e equipamentos para salas de cinema.

O custo de importação de projetores foi reduzido em **25%**.

LINHA DE CRÉDITO PARA A AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

Em janeiro de 2013, foi aberta **linha de crédito** para operações diretas do BNDES com montante disponível de **R\$146 milhões**.

O financiamento foi destinado a **agentes integradores**. Além de induzir e viabilizar a digitalização dos grupos exibidores mais vulneráveis ou com dificuldades de crédito, o modelo facilita a participação financeira dos distribuidores na operação.

Os equipamentos adquiridos são **locados** ao exibidor.

O custo do crédito é variável, conforme o **tamanho** do grupo exibidor.

Foi exigida a integração de uma cota mínima (20%) de salas de **exibidores muito pequenos** (até 4 salas). Para essas salas, foi destinado apoio não reembolsável de R\$15 mil para compensar as dificuldades de gerar VPF suficiente.

AS AÇÕES PÚBLICAS EM APOIO À DIGITALIZAÇÃO DOS CINEMAS

PRÊMIO ADICIONAL DE RENDA 2014

Essa edição do PAR focaliza a digitalização dos cinemas de 1 e 2 salas de exibidores com até 20 salas.

O **apoio não reembolsável** premia a maior exibição de filmes brasileiros em 2013.

O PAR 2014 distribuirá **R\$3 milhões**.

A SITUAÇÃO DO PROCESSO DE DIGITALIZAÇÃO

Mais de 2.000 salas de cinema (junho) receberam credenciamento da ANCINE para aquisição de projetores digitais com benefícios do RECINE.

Esses benefícios, apenas na digitalização, envolvem cerca de **R\$80 milhões**.

Foi enquadrada pelo BNDES e será contratada em breve uma operação de crédito para digitalização de **770 salas**. Os exibidores participantes administram cerca de **1.100 salas**.

Dois integradores estão em operação no Brasil: QuantaDGT, tomadora do crédito no BNDES, e GDC, que estima digitalizar **300 salas** (exibidores com **500 salas**).

As duas empresas concorrem pelos últimos exibidores que ainda não fizeram sua escolha, em especial por cerca de **200 salas** de pequenos grupos.

Os dois maiores exibidores do país, Cinemark (542 salas) e Cinépolis (285 salas), planejaram digitalização sem integrador, com contratação direta de VPF.

Neste momento, são estimadas **1.600 salas digitais** em operação no país (57% do total).

A estimativa atual indica que, no final do ano, **80%** do parque exibidor esteja digitalizado.

O processo deve se encerrar no primeiro trimestre de 2015. Uma pequena fração das salas, que permaneçam analógicas, podem demandar atenção especial.

OS EFEITOS DA DIGITALIZAÇÃO

Alterações efetivas e potenciais na distribuição: menos custos, mais facilidade

Risco de desequilíbrios como acordos de preferência e condições abusivas

Risco de restrição de espaço para a colocação dos filmes independentes com repercussão sobre a diversidade

Situações especiais: VPF dos pequenos lançamentos, diferenças de tratamento

Riscos e possibilidades comerciais para os pequenos exibidores e pequenos cinemas

Mais instrumentos e relevância para a gestão da programação das salas

Integração do parque exibidor em rede, com perspectiva de novos serviços

Questões em perspectiva ou correlatas:
transporte por satélite, grandes lançamentos de forma concentrada,
monitoramento

Ante os riscos e situações observadas, a ANCINE publicou uma **Notícia Regulatória**.

A NOTÍCIA REGULATÓRIA

OS TEMAS ABORDADOS

Os efeitos dos contratos de VPF sobre a atividade das **distribuidoras brasileiras independentes**

As diferenças de tratamento dos grupos exibidores, na negociação de VPF, e suas **consequências** sobre toda a atividade de distribuição

A classificação das salas para efeito de pagamento de VPF e a necessidade de **inclusão dos pequenos cinemas** no circuito de lançamentos

A situação especial das **pequenas distribuições** de filmes brasileiros e estrangeiros

A NOTÍCIA REGULATÓRIA

OS TEMAS ABORDADOS

A necessidade de atenção e alerta para as **condutas discriminatórias** na relação entre distribuidores e exibidores, devido a acordos de preferência ou pela imposição de condições abusivas

A prestação de serviço de envio e entrega de conteúdos digitais por **satélite** e a questão da **neutralidade** dos agentes prestadores e dos seus protocolos de atuação

O **monitoramento** das salas de cinema em face dos contratos de VPF e o acesso da ANCINE às informações coletadas

O problema dos **grandes lançamentos** de filmes estrangeiros concentrados em relativamente poucos complexos

A Notícia apresenta também algumas hipóteses de **medidas regulatórias** para o enfrentamento de cada um dos assuntos abordados.

CÂMARA TÉCNICA SOBRE DIGITALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Foi convocada e instalada uma **Câmara Técnica sobre digitalização e distribuição**, composta por profissionais representativos do cinema, para o tratamento dos temas da Notícia Regulatória.

A partir das balizas propostas, a ANCINE visa a ação regulatória **menos intrusiva e mais efetiva** possível.

Em alguns dos assuntos abordados, é possível e preferível uma regulação por acordo e **compromisso** entre os agentes econômicos.

Essa Câmara Técnica é a primeira experiência da ANCINE com esse formato de **participação social** e pode contribuir para a consecução destes dois objetivos.

A Câmara Técnica deverá aprovar seu relatório final em novembro.

ALGUNS PONTOS ABORDADOS PELA CÂMARA TÉCNICA

A Câmara construiu alternativas para os pequenos lançamentos (até 20 salas): VPF por sessão, com valores diferenciados para as sessões vespertinas e noturnas e pagamento durante todo o período de exibição.

Foi enfatizada a necessidade de que a operação de VPF pelas distribuidoras seja feita por meio de contratos formais. No caso das distribuidoras brasileiras, essa negociação está em curso, mas demanda evolução mais rápida. Isto significa também que é conveniente aos pequenos exibidores aderirem ao processo de integração.

Distribuidoras internacionais manifestaram sua disposição para um compromisso de prover cópias digitais para todos os complexos.

Houve forte aceleração na distribuição digital. Muitos exibidores reclamam falta de filmes em 35mm. A ANCINE está tratando com os principais distribuidores um compromisso público para manutenção das cópias analógicas nos próximos meses, no caso dos lançamentos médios e grandes.

ALGUNS PONTOS TRATADOS PELA CÂMARA TÉCNICA

A ANCINE requisitou dos agentes integradores e exibidores cópias dos contratos firmados com vistas à digitalização das salas e dos ajustes efetuados para a exibição de filmes (IN 115). Esses dados servem especialmente para instruir o processo de decisão da Agência.

As operadoras do serviço de entrega de conteúdos por satélite descreveram seus modelos de negócio para a Câmara. Localização do teleporto no Brasil e escala do serviço satelital são temas chave para definir o modelo da operação brasileira.

As informações dos NOCs dos integradores e exibidores para monitoramento dos complexos deverão ser entregues à ANCINE em arquivo diário. A integração desses sistemas com os de bilheteria é simples segundo os integradores.

A IN 115 exige, também, o registro dos agentes integradores, responsáveis por entrega de conteúdos por satélite e operadoras de venda remota de bilhetes de ingresso.

ALGUNS PONTOS TRATADOS PELA CÂMARA TÉCNICA

Grandes lançamentos serão tema da próxima reunião. Distribuidoras independentes têm relatado dificuldades na colocação de filmes e sua manutenção em cartaz, por conta dessas megadistribuições.

As duas alternativas apresentadas pela ANCINE para este tema são: tornar infração administrativa a ocupação do complexo com o mesmo filme acima de determinado nível, ou elevar a cota de tela do cinema que superar esse limite.

EVOLUÇÃO DA DIGITALIZAÇÃO DOS CINEMAS

AÇÕES REGULATÓRIAS E DE DESENVOLVIMENTO